



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE-CES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO-UAE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANA PAULA MARTINS SANTOS

EDUCAÇÃO DO CAMPO: discutindo projeto político pedagógico em uma escola de Barra de Santa Rosa – PB.

Cuité - PB
2015

ANA PAULA MARTINS SANTOS

EDUCAÇÃO DO CAMPO: discutindo projeto político pedagógico em uma escola de Barra de Santa Rosa – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológica do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológica.

Orientadora: Ms. Nayara Tatianna Santos da Costa

Cuité – PB
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S237e Santos, Ana Paula Martins.

Educação do campo: discutindo projeto político – pedagógico em uma escola de Barra de Santa Rosa - PB. / Ana Paula Martins Santos. – Cuité: CES, 2015.

54 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2015.

Orientadora: Nayara Tatiana Santos da Costa.

1. Educação do campo. 2. Escola. 3. Projeto político - pedagógico. I. Título.

CDU 37(81-22)

ANA PAULA MARTINS SANTOS

EDUCAÇÃO DO CAMPO: discutindo projeto político pedagógico em uma escola de Barra De Santa Rosa – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pela aluna, Ana Paula Martins Santos, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, tendo obtido o conceito _____, conforme a apreciação da Banca Examinadora.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Nayara Tatianna Santos da Costa (Orientador)

Prof^ª. Ms. Kiara Tatianny Santos da Costa (Membro)

Prof^ª. Dr^ª. Michelle Gomes Santos (Membro)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com sua infinita bondade ensinou-me a ir em busca dos meus sonhos, sempre tendo plena convicção que os meus sonhos seria os mesmos que os dele, por que só assim tudo se tornaria realidade, portanto seja feita a tua vontade senhor.

Aos Pais

A minha mãe Josefa Martins que durante a vida toda prezou pela educação de seus oito filhos, que nunca apesar das imensas dificuldades de educar todos nós nunca desistiu e nunca saiu do lado da família que construiu, muito obrigada mãe pela excelente criação, por mim ensinar os valores e princípios da vida. Agradeço em especial ao meu pai In Memória José Sebastião dos Santos (Zé Branco) muito obrigado por ter sido tão turrão e ter insistido na educação de seus filhos, como ele mesmo dizia “minha filha já é quase professor”. Se hoje estou conquistando este titulo agradeço e ofereço a cada um de vocês Família Martins, O meu eterno obrigado.

Aos colegas de curso

Meu afeto e gratidão a todos os colegas que compartilharam do cotidiano da vida acadêmica, na qual tive o privilegio de compartilhar experiências com duas turmas do mesmo ano, uma a qual iniciei em 2010.1 diurno, onde conheci colegas que lembrarei pra sempre, em especial Ana Luiza Guedes. Aos meus colegas da turma 2010.1 noturno a qual estamos concluindo juntos essa conquista o meu muito obrigada pelo carinho de cada um de vocês, em especial, minha amiga Rivaneide Oliveira, Eliana Bento, Fabrícia Maisa, Aline Danielle, Aline Katiane, Anchieta, Joedson Rocha e não podendo esquecer dos meus colegas e irmãos de congressos Noalixon Faustino, Ysladjane Lins e Angélica Sousa.

Agradeço também as mais diversas participações especiais que tive na minha vida acadêmica, a diversão de compartilhar momentos ao lado de vocês Junior Buriti, Paloma Kessia, Gleisemere Rodrigues, Marilice Soares, Catarina Silva, Rosivania Medeiros, Alcielma Santos, como também as meninas da matemática Iranir Pontes, Marinalva Silva; Luciene Oliveira obrigada pelas aulas divertidas que assistimos juntos, a vocês, todo o meu carinho estarei na torcida para que dêem tudo certo para todos vocês..

Agradeço a equipe show de PIBID/BIO de Barra de Santa Rosa, em especial ao Supervisor Dr. Jorge Xavier de Almeida Neto e a Coordenador Dra. Michelle Santos pela

compreensão de todos e pela a oportunidade de executarmos juntos, um projeto tão interessante que é o PIBID.

Aos amigos

Minha eterna gratidão a todos e a todas pela compreensão, e colaboração nos momentos mais difíceis, aos meus colegas de trabalho, aos meus diversos chefes rrsrsrs o meu obrigado pela compreensão da minha ausência em alguns momentos. Especialmente a minha co-orientadora informal Maria José Sousa Silva (Moça Xique-xique) meu muito, mais muito obrigada mesmo de todo coração, obrigada pelas vezes que mim abrigou em sua residência, obrigada pelo carinho e dedicação que sempre teve comigo e mais ainda obrigada pelas madrugadas discutindo educação do campo, a você minha eterna gratidão. Ao meu namorado Rafael Santos pela paciência que teve comigo durante esse período de desenvolvimento da pesquisa, o meu obrigado pelas vezes que mesmo distante ficava acordado comigo pelo Wattssapp esperando eu parar de escrever e dar atenção a você quando era possível. Em fim obrigado a todos que de uma maneira ou de outra mim ajudaram nesse processo de conquista que está sendo a conclusão desse curso.

Aos professores

A todos os professores que contribuíram na minha formação acadêmica, muito obrigada Pelo atendimento e compreensão por acreditar que a aprendizagem dá-se mediante a contínua superação de desafios.

A escola

Municipal de Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes por aceitarem participar desse trabalho e as Escolas José Luiz Neto e José e a Escola José Eudencio Correia Lins pela as oportunidades dos estágios supervisionados, o meu muito obrigado!

A banca examinadora

pela contriubuição dada em especial ao professor orientador nayara Tattiana, Michelle Santos e Kiara Tattiane que de forma direta ou indireta contribuíram para realização desse sonho.

Ao governo Federal

Pelo os incentivos das Bolsas Reuni e PIBID em especial a CAPES.

*Eu quero uma escola do campo
Que não tenha cercas que não tenha muros
Onde iremos aprender
A sermos construtores do futuro
Gilvan Santos*

RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma investigação desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes localizada no Assentamento Riacho da Cruz em Barra de Santa Rosa- PB, com o objetivo de analisar a construção do projeto político pedagógico da escola. Como instrumentos de pesquisa, utilizamos o questionário aberto, que foram aplicados com os educadores lotados na escola, nossa abordagem foi de natureza qualitativa e a pesquisa se caracterizou como exploratória e de campo, já que trabalhamos diretamente com os professores inseridos na comunidade em estudo. Tais dimensões nos levaram a compreender que a referida escola é composta por teorias que não considera os princípios essenciais de educação do campo, aos quais respeitem seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Neste sentido acreditamos que ainda é possível proporcionar aos povos camponeses uma educação que possua uma política pública para a educação no campo, buscando um olhar crítico sobre a realidade onde os sujeitos do processo de ensino e da aprendizagem estejam inseridos.

Palavras chaves: Educação do campo, escola, projeto político pedagógico.

ABSTRACT

This paper presents an investigation developed in the municipal elementary school José Martin de Menezes Cerpa located in the settlement of Cross Creek in Barra de Santa Rose-PB, in order to discuss the construction of the pedagogical political school project. The research tools, we use questionnaires, which were applied to the teachers crowded in school, our approach was qualitative and the study was regarded as exploratory and field, since we work directly with teachers inserted in the community under study. These dimensions have led us to understand that this school is composed of technicalities theory, pragmatic, that does not consider the basic principles of education in rural areas, which respect their social, cultural, political and economic aspects. In this regard we believe it is still possible to provide the peasants people an education that enjoy public policy for education in the field, looking for a critical look at the reality where the subject of the teaching process and learning are inserted.

Key words: Rural education, school, teaching political project

LISTA DE SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEB- Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

COOPTERA- Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FUNDED - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PB- Paraíba

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

PEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos

PNE- Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

LISTA DE FIGURA

Figura 01 Mapa da Paraíba.....	35
--------------------------------	----

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Faixada da escola..... 37

LISTA DE QUADRO

Quadro 01: – distribuição dos alunos.....	35
Quadro 02 - composição dos professores	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO I - POLÍTICA EDUCACIONAL DO E PARA O CAMPO	17
1.1 ESCOLA DO CAMPO: LUTA RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA	21
1.2 A EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DO, NO E PARA O CAMPO	24
1.3 ESCOLAS DO CAMPO	25
CAPITULO II - DIALOGANDO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	27
2.1 ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPP	28
2.2 NORTEAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPO.....	31
CAPITULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1 TIPO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	34
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	35
3.3 COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL DA ESCOLA	37
3.4 RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE	39
3.5 INSTRUMENTO UTILIZADO NA PESQUISA.....	39
CAPITULO IV - ANALISANDO O PPP DA ESCOLA.....	41
4.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO.....	41
4.2 ASPECTO SOCIOCULTURAL.....	41
4.3 ASPECTO HISTÓRICO.....	42
4.4 PARTICIPAÇÃO DE TODOS	42
4.5 ADEQUABILIDADE AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS.....	42

4.6 COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	42
4.7 PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ESCOLA DO CAMPO.....	43
3.8 PERÍODOS DE ATUALIZAÇÃO DO PPP.....	43
CAPITULO V ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
5.1 PROCEDIMENTOS DE ANALISE.....	44
5.2 AS POLÍTICAS E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO PARA O CAMPO	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS-.....	51
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	54

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida na referida escola devido o alto grau de afinidade com a comunidade rural, pois sou moradora do assentamento Riacho da Cruz onde a escola é situada, no qual os meus sobrinhos e amigos estudam, sempre tive curiosidade em saber se as escolas do campo desenvolvem as políticas públicas educacionais que atendam seu público alvo nas zonas rurais de cidades pequenas, como a do meu município que conta com pouco mais de 15.000 mil habitantes, apesar de existir um número considerável de habitantes situados no campo. Como também informar se os professores do campo recebem alguma formação continuada e se o PPP foi elaborado respeitando as particularidades do campo.

Estamos sempre em contato com a educação em nosso dia a dia, seja na escola, no sítio, na cidade, em casa, em fim não temos como escapar dessa relação entre nós e a educação. Partindo então dessa percepção essa pesquisa visa discutir o projeto político pedagógico da escola Municipal de Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes zona rural do município de Barra de Santa Rosa, Paraíba, com a intenção de analisar se o mesmo atende a realidade a qual está inserida, se a referida escola contempla discussões e ações sobre educação “do” e “para” o campo respeitando suas particularidades.

Podemos perceber diante do âmbito escolar algumas características que a política educacional pode causar na vida acadêmica dos alunos, principalmente quando se refere ao ambiente escolar rural, no qual apresentam algumas dificuldades. Pois a educação do campo e para o campo é um lugar de diálogo, onde pode se ensinar e aprender de acordo com suas necessidades e realidades rurais desde o conhecimento popular ao conhecimento científico.

Após investigar e compreender a educação oferecida da referida escola a pesquisa visa contribuir com a compreensão da realidade escolar desde a formação dos docentes à formação familiar dos alunos, dessa forma a investigação necessita de dados que contemplem o caráter social e cultural dos envolvidos.

Com isso a escola “do” e “no” campo precisa estar atento ao seu contexto sociocultural, ou seja, perceber seus conflitos diante do que está inserido, possibilitando uma educação “do” e “no” campo que vá além da educação formal, já que a escola tem por direito intervir na comunidade e a comunidade na escola, pois os sujeitos envolvidos em ambas as partes, são produto e produtor da realidade vivenciada em seus anseios de educação.

Essa pesquisa se insere no sentido do olhar sobre a Educação “do” e “para” o campo na escola acima citada, pois segundo Silva (2009), ainda existem escolas do campo que são concebidas de forma desterritorializada, ou seja, de fora de lugar daqueles/as que nelas são

inseridos/as, portanto, sem a participação e sem considerar as marcas culturais que identificam os atores locais.

Com base nos princípios norteadores de educação do campo, tomamos como objeto de estudo, analisar e compreender a construção do projeto político pedagógico, respeitando a realidade da escola, quanto a formação docente e as práticas metodológicas utilizadas, tendo como suporte o questionário, que foram aplicados com os educadores envolvidos na escola.

Vale justificar a importância desse trabalho, por que cabe a cada cidadão da comunidade rural envolvida interferir na educação dos seus filhos ou até mesmo da própria educação já que a educação “do” e “para” o campo não se refere apenas ao contexto escolar, pois o campo está entendido como um todo, desde a escola, a roça, os costumes culturais a crença enfim há todo um conjunto no qual a pesquisa irá explorar de acordo com a realidade, para assim buscar responder aos questionamentos iniciais da pesquisa, que são: será que a educação “do” e “para” o campo na comunidade rural está sendo desenvolvida respeitando suas particularidades? Escola está vivenciando o que há no projeto político pedagógico (PPP)? E se esse PPP está relacionado com realidade local da escola? Qual a reflexão dos docentes dentro da escola e da comunidade rural? São essas e outras indagações que iremos abordar no decorrer de nossa pesquisa investigativa para assim conhecermos se a escola Municipal de Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes do Assentamento Riacho da Cruz de Barra de Santa Rosa – PB discute ou não uma educação “do” e “para” o campo respeitando suas particularidades.

Este trabalho está organizado em 05 capítulos. O primeiro discute o contexto da educação “do” e “para” o campo no âmbito das políticas educacionais, o segundo discute a construção do projeto político pedagógico de acordo com os autores Veiga e Vasconcellos, o terceiro uma análise do PPP da referida escola pesquisada, o quarto demonstra os instrumentos utilizados na investigação já que é uma pesquisa tanto exploratória como de campo, para finalizar o capítulo cinco analisa e discute os resultados.

CAPITULO I - POLÍTICA EDUCACIONAL “DO” E “PARA” O CAMPO

Brandão (1989, p. 07) deixa claro que estamos sujeito a nos deparar com a educação em diferentes espaços. “Ninguém escapa da educação, em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós nos envolvemos pedaços de vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar.”

Historicamente no Brasil a educação escolar para quem vive e trabalha no campo não foi uma prioridade do estado. Quando a educação camponesa mereceu referencia, a intencionalidade foi barrar o êxodo rural. Perceber-se que para o campo, desde 1989, se produziram processos educativos de contensão, impedindo que homens e mulheres ousassem querer outro tipo de vida. Em que pese a evidencia de que campo e cidade fazem parte de uma mesma realidade, durante décadas, priorizou-se uma visão de escola rural, sob uma diretriz política urbana, visando atender aos interesses dos setores agrários e industriais. (Coutinho 2009, pag. 173). Como podemos notar a autora deixa explicito as dificuldades que a Educação do Campo enfrentou e enfrenta para desenvolver uma formação que possibilite melhor qualidade de vida social, produtiva e escolar.

Na educação do campo é fundamental fortalecer o trabalho camponês, para tanto ele faz presente como eixo curricular central orientando o processo ensino aprendizagem, contribuindo para fortalecer os processos produtivos da agricultura camponesa, a partir da práxis educativa.

O movimento por uma Educação Básica do Campo propõe o vínculo entre educação e trabalhos intrínseco da educação na intenção de fortalecer o trabalho numa direção da desalienação e da emancipação segundo a Declaração Final da II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (GO-2004):

O projeto político pedagógico da Educação do Campo precisa estar atento para os processos produtivos que conformam hoje o ser trabalhador do campo, e participar do debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimento locais e regionais que podem devolver a dignidade para as famílias dos camponeses, dos extrativistas, dos pescadores e ribeirinhos, dos agricultores familiares, e todos os outros. (BATISTA, 2009, p. 212)

A definição de uma política de educação envolve relações sociais amplas, formas de poder, de gestão, de conhecimento, o modelo econômico vigente. Esse último é determinante para expressar qual modelo de desenvolvimento está em jogo, se aquele que considera o campo sem os sujeitos e, portanto, havendo espaços apenas para maquinas, para monocultura, para o grande negocio de exportação, sob o controle do mercado ou aquele que considera o

campo um espaço de vida, com sujeitos que vivem e produzem riquezas, culturas, história. É, portanto nessas relações que se colocam os projetos de educação em evidência, projetos esses que explicitam concepções de educação. (Coutinho, 2009, p. 175). A pesquisadora esclarece as diversas relações sociais em que a educação do campo deve estar presente, mostrando a sua importância e capacidade de lutar por seus direitos e deveres para assim desenvolverem uma política educacional que cumpra com suas evidências e concepções.

Segundo Adão Francisco de Oliveira (2010, p. 04) se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porque educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente – na família, na igreja, na escola, no trabalho, na rua, no teatro, etc. –, resultado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, inculcação, é educação. Porém, a educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas.

Verifica-se que a política educacional como política social não envolve somente o conjunto da legislação, os planos e projetos, relatórios, pactos e convênios, estes são apenas o lado que conseguimos, mais facilmente, verificar no âmbito das aparências, embora eles devam orientar efetivamente essas políticas. (Coutinho, 2009, p. 174). Assim como as demais leis que nos deparamos, encontramos algumas também na educação campo, comparando a política educacional com a política social, onde ambas não dependam das diversas burocracias que encontramos no nosso país, na qual, com elas podemos nos orientar e ir à busca de desenvolvimento para nossa relação tanto educacional como social, e assim sairmos dos papéis e irmos para a funcionalidade das leis na prática.

Podemos identificar que o significado da escola no campo é uma busca de identidade para as escolas rurais, na qual se deseja um projeto político pedagógico que desenvolva atividades relacionadas ao campo conforme exige o § 2º do art. 6º da **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002**:

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da Educação Básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Segundo a II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (GO-2004) declara que o desafio é de construir políticas públicas de educação do campo para outro modelo de desenvolvimento, para um campo onde caibam milhares de camponeses, agricultores familiares, que possa fazer do espaço rural um espaço de inclusão social, de

democratização da renda, de acesso a cultura, a cidadania e a escolarização. Por que só assim a política educacional se tornará do campo e para o campo para que essas políticas sejam desenvolvidas nas comunidades rurais.

Sem sombra de dúvidas temos o campo como um território onde podemos desenvolver diversas atividades inclusive educacionais, na quais depende de algumas articulações dentro da comunidade, vejo que essa articulação deve ser feita pelo o professor ou líder comunitário que está inserido no âmbito rural. Como descreve o Plano Nacional de Educação 2014 – PNE na estratégia 7. 27 da Meta 6:

Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

A articulação nacional por uma educação do campo é, na verdade, a mobilização dos movimentos sócias do campo em conjunto com as universidades brasileiras e com setores da igreja. O campo é um território onde a vida acontece. Esse é o principio da articulação nacional para uma educação do campo, no que se refere á educação. Por que, se educação é direito de todos, a educação no campo está relacionada também com o lugar onde realizamos experiências humanas. (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO GO-2004).

Quando falamos de políticas publica e educação no campo, queremos políticas públicas que dêem conta da diversidade do campo e que sejam implementadas, onde vivem os povos. A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO GO-2004 menciona como se quer as políticas públicas e que essas políticas públicas possa se adequar a diversidade do campo.

No relatório sobre as diretrizes de educação do campo relatado por Edla de Araújo Lira Soares no PARECER N.º 36/2001 em 2013 está mostrando o distanciamento que ainda existe sobre o paradigma entre campo e cidade.

Na verdade, os legisladores não conseguem o devido distanciamento do paradigma urbano. A idealização da cidade, que inspira a maior parte dos textos legais, encontra na palavra adaptação, utilizada repetidas vezes, a recomendação de tornar acessível ou de ajustar a educação escolar, nos termos da sua oferta na cidade, às condições de vida do campo. Quando se trata da Educação Profissional, igualmente presente em várias Cartas Estaduais, os princípios e normas relativos à implantação e expansão do ensino profissionalizante rural mantêm a perspectiva residual dessa modalidade de atendimento. (BRASIL, 2013).

A relatora explica que os legisladores até tentam acabar com o distanciamento do paradigma urbano, disponibilizando a ideia de adaptação, da qual não conseguem atingir esse objetivo.

Ainda na II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (GO-2004) os pesquisadores que participaram, acreditam na qualidade social da educação, na qual só pode ser assegurado por meio de um sistema público de educação. Nenhum outro arremedo de política, nenhum outro programa isolado, por melhor que seja desenvolvido com a melhor das intenções, substitui o que chamamos de sistema público. Ou seja, dependemos sempre de um sistema público, mas esse sistema precisa ser executado de maneira que atende as demandas que a educação “do” e “para” o campo necessita.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, no seu Artigo 28 aponta direcionamento específico para escola do campo, está incluso no capítulo que trata da educação básica:

Art. 28 Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural, (BRASIL, 1996)

Dessa maneira percebe-se que a educação “do” e “para” o campo está assegurada por leis e estas devem ser cumprida tanto pelo o governo federal, estadual e municipal proporcionando assim aos educadores e educandos possibilidades básicas para população rural organizando, respeitando e se adequando nas particularidades da comunidade rural. Já vivenciamos hoje a partir de alguns governos, as políticas públicas educacionais voltadas para a educação “do” e “para” o campo atendendo o que diz as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional mencionada, mas, precisa-se que o governo propocione condições de trabalho para que o ensino-aprendizagem aconteça, condições essas tanto de infraestrutura quanto de formação profissional.

Segundo Murílio de Avelar Hingel relator do **PARECER CNE/CEB N° 23/2007** Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo diz que uma política pública adequada à Educação do Campo necessita, desde logo, a adoção de ações conjuntas de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público – União, Estados (mais o Distrito Federal) e Municípios, com a finalidade de se expandir a oferta de Educação Básica que viabilize a permanência das populações rurais no campo. Não se trata, é claro, da ideia errônea de pretender fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo

educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma Política Nacional de Educação do Campo que assegure a efetivação de práticas que sirvam a uma coerente orientação política.

1.1 ESCOLA DO CAMPO: LUTA RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA

A educação destinada ao meio rural existe desde a República Velha. No entanto, sua existência não legitima a homologação de políticas públicas de Estado destinada aos trabalhadores rurais. A educação era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade o que determinava a não-existência de políticas e, muito menos, de vontade por parte dos governantes em oferecer o direito de cidadania da educação aos camponeses que estavam condenados ao analfabetismo e à exploração. Dessa forma, devido ao movimento migratório, a primeira estratégia de educação que surge na realidade brasileira por volta dos anos 1920 é o “**Ruralismo Pedagógico**” que tinha a idéia de uma escola integrada regionalmente e queria promover a fixação do homem ao meio rural. (Nascimento, 2009, p. 182).

Como podemos perceber Nascimento declara como era efetivada a educação do campo, na qual era viável a educação apenas, para os mais ricos, aumentando assim o índice de analfabetismo e explorando cada vez mais o camponês, até que surge a estratégia da educação em 1920 que visa em promover políticas públicas que faz com que o homem camponês se fixe no meio rural. Isso fez ver independente de qual seja a classe social do sujeito à educação escolar tornou-se um direito de todos pretendendo tornar a igualdade social em uma realidade como sugere Nascimento:

A mesma educação serve ao jovem da periferia da grande cidade, bem como ao jovem assentado do meio rural. Por um lado, entendemos que a educação escolar deve considerar todos e todas no mesmo patamar de igualdade de oportunidades que concerne ao acesso à escola pública. (2009, p. 39).

A escola do campo está inserida num contexto histórico de luta pelo acesso a terra, onde o latifúndio e o agronegócio tentam retirar o direito do pequeno agricultor de produzir e retirar da terra seu sustento. Enquanto que o agronegócio valoriza a monocultura, promove o Êxodo Rural contribuindo para o inchaço nas periferias das cidades, fazendo com que ocorram perdas irreparáveis da diversidade cultural e acima de tudo da dignidade humana desses sujeitos. (SANTOS, 2013 P. 20).

Assim como Santos 2013, menciona que a educação do campo é uma luta, na qual estamos sempre em contato para evitar que essas perdas irreparáveis na diversidade cultural

que o autor se refere, e assim valorizar e adaptar-se com as técnicas de luta e resistência para conseguir a sobrevivência no campo, a partir de algumas políticas públicas voltada ao campo.

A educação do campo é uma proposta que pretende fazer com que as pessoas conheçam o semiárido e busquem novas alternativas para se adaptarem às condições naturais desse lugar. Levando em consideração que a educação no campo é mais ampla do que a escola, pois está presente nos diversos movimentos e na organização do povo, a educação acontece de várias maneiras, sendo a educação formal todos os níveis de ensino, e a educação popular organizada pelos movimentos sociais, que se caracteriza em todo o contexto em que se está inserida (SILVA, 2011, p. 10).

Silva relaciona a educação do campo como uma proposta de alternativas diante das condições de sobrevivência que o homem do campo sofre desde sua educação escolar básica, que sempre foi ensinada através de conceitos urbanos á valores e princípios de ser e está inserido no campo e para o campo, onde a educação desde a educação formal a educação popular deve está todos os níveis de ensino.

Segundo o decreto nº 3.860, de 2001 do presidente da república declara no Art. 1º em seu § 2º que a educação deve ser desenvolvida para tornar a pessoa em cidadão que esteja apto tanto para vida da prática social como para o mundo do trabalho. “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

Existem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Art. 3º Princípios e Fins da Educação Nacional, nos quais a sociedade deverá por em questão, quando não executado na escola, princípios como:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Diagnosticamos diante dos princípios acima elencados pela a LDB, que é direitos dos educandos e educadores do campo ser beneficiários dos mesmos, já que educação é um direito de todos. Podendo também ir à busca de seus direitos quando eles não estiverem sendo

respeitados. Sabemos que esses princípios, aos quais tem por obrigação de serem executados em qualquer que seja o ambiente escolar do aluno, algumas vezes eles estão apenas nos papéis, tendo em vista que alguns municípios passam despercebidos de suas obrigações, já essa lei está em vigor desde 1996, e hoje em pleno o ano de 2015, encontramos princípios que não são exercidos pelos próprios cidadãos, e que mais uma vez continuam tudo muito bonito apenas no papel.

Segundo o relato de Edla de Araújo Lira Soares no relatório sobre as diretrizes de educação do campo do PARECER N.º 36/2001, Havia ainda os setores que temiam as implicações do modelo urbano de formação oferecido aos professores que atuavam nas escolas rurais. Esses profissionais, segundo educadores e governantes, desenvolviam um projeto educativo ancorado em formas racionais, valores e conteúdos próprios da cidade, em detrimento da valorização dos benefícios que eram específicos do campo. De fato, esta avaliação supervalorizava as práticas educativas das instituições de ensino, que nem sempre contavam com o devido apoio do poder público, e desconhecia a importância das condições de vida e de trabalho para a permanência das famílias no campo. Ou seja, nem sempre, não podemos esperar que as próprias leis exerçam funções sozinhas, para que haja a tomada de atividade da lei com a prática, tem que haver também uma pressão, uma cobrança, que na maioria das vezes acontece pelos movimentos sociais.

De acordo com Silva (2011, p. 11) a educação no campo é uma educação que deve ser constituída por meio de um diálogo constante entre o conhecimento científico e o saber popular e entre o que se aprende na escola e a possibilidade concreta do desenvolvimento humano sustentável. É aí onde podemos perceber a luta e a resistência de muitas vezes poder alcançar essa educação onde se insere ensino urbanizado deixando para trás o a realidade camponesa, desvalorizando seu saber popular.

Reis explica a necessidade de configurar o cenário pedagógico das escolas do campo, quando diz que:

Não basta introduzir, nas escolas do campo, os conteúdos regionais e locais e empreender narrativas na cultura. É necessário configurá-las no contexto político/pedagógico, com postura crítica do professor, o que implica desenvolver uma política de continuidade de formação e de carreira, para que o professor se atualize e esteja atento ao contexto histórico-social. (2011, p.128).

Não basta apenas configurar o cenário pedagógico das escolas do campo, mas que essa configuração aconteça de forma que a educação nas escolas do campo seja de qualidade, como menciona Paulo Freire em um de seus textos no livro Política e Educação que não pode

existir uma prática educativa neutra: “Não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade.” (FREIRE, 1995, p. 21).

Podemos notar que o autor quer nos mostrar que de um jeito ou de outro são os sujeitos que terá que se posicionar de um lado, ou de outro para que possam contribuir para a educação seja, ela de boa qualidade ou de má qualidade. Quem irá fazer enxergar como essa educação de qualidade está acontecendo são os docentes, pois só eles juntos com os discentes podem transmitir que tipo de educação a escola está executando.

1.2 A EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DO, NO E PARA O CAMPO

Para iniciarmos nossa discussão sobre educação básica em uma visão do campo, no campo e para o campo, se fizermos uma breve análise histórica sobre essa temática, iremos perceber claramente que ela acontece quando o movimento social está inserido na comunidade, mesmo que não esteja discutida paulatinamente nas salas de aulas de escolas localizadas no campo, mas caminha paralelamente construindo proposta e perspectivas de mesmas finalidades. Por que acreditamos que “vincular a educação com o movimento social é acreditar que somente a educação se tornara realidade no campo se ela ficar colada no movimento social.” (Arroyo, 199, p. 16) Já que o movimento social é mais exigente e educativo, por se tornar já uma rotina a luta pelos direitos esse processo torna-se crianças, jovens e adultos em seres humanos mais sensibilizados em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Por isso, compreendemos que toda educação escolar deverá estar vinculada ao mundo do trabalho e prática social.

Passaremos agora discutir a educação em uma perspectiva do, no e para o campo, tendo em vista que a educação do campo segundo (Silva 2011 P. 10) “É uma educação que deve ser constituída por meio de um diálogo constante entre o conhecimento científico e o saber popular e entre o que se aprende na escola e a possibilidade concreta do desenvolvimento humano sustentável.” Com isso podemos identificar que essa educação tem que estar em movimento, ou seja, a vinculação entre escola e comunidade deverá acontecer, pois, a educação do campo é uma luta e conquista dos movimentos sociais que fazem parte da comunidade local, que em alguns casos esses movimentos são formados pelos próprios pais de alunos.

Quando nos referimos em educação voltada para uma população camponesa pensamos logo em uma escola que ensinem e aprendam a conviver com a realidade do homem do campo, esse aprendizado se dá a partir de metodologias que envolvam as praticas cotidianas desse homem que podem ser inseridos em seus conteúdos ministrados pelos educadores do campo.

Já quando falamos em uma educação no campo essa educação deve está não apenas localizada no campo, mais sim em contato direto com o campo, tendo vista que a escola não é para está no papel de educação urbanizada, ela deverá atender os anseios dos sujeitos que vivem no campo.

Concluindo nossas concepções sobre a temática em estudo, vamos então falar da educação para o campo. Na qual se encontra todas essas perspectivas de educação “do” e “no” campo, a fim de que se desempenhe um novo olhar para o homem do campo, possibilitando assim uma formação de desenvolvimento sustentável, abordando metodologias de mecanismo para sua realidade in loco.

1.3 ESCOLAS DO CAMPO

Segundo o dicionário Aurélio o conceito de escola pode ser compreendido como “estabelecimento público ou privado onde se ministra ensino coletivo. Alunos, professores e pessoas numa mesma escola. Sistema ou doutrina de pessoa notável em qualquer dos ramos do saber”. Porém nós compreendemos a escola como instituição de grande relevância social, embora enfrente hoje crises em consequências dos avanços vivenciados na sociedade moderna, percebe-se a necessidade de resgatar da família a função da educação básica para na escola serem aprimorados os conhecimentos do individuo a fim de interagir na relação social, não poderia ser diferente com a escola do campo:

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (CALDART, 2003, p. 66)

Baseados nas orientações da autora acima citada identificamos que o que diferencia a escola do campo da urbana, são os sujeitos envolvidos com suas particularidades, seja ela social, cultural, política e econômica.

Conforme discutida anteriormente a escola do campo necessita de um currículo que trabalhe o território, a terra e a cultura. De acordo com Pires 2012 P.110 “A escola do campo precisa explicar os conflitos e as tensões decorrentes da construção de práticas educativas questionadoras da realidade social”. Ou seja, é a partir da escola que o sujeito começa a promover e intervir nos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos da realidade onde estão inseridos.

CAPITULO II - DIALOGANDO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O projeto político pedagógico é o documento que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Com isso vamos dialogar sobre o PPP de maneira geral.

Segundo Vasconcelos "Existem três dimensões básicas que precisam ser consideradas no planejamento: a realidade, a finalidade e o plano de ação". Esperamos assim que para a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP exista o respeito a essas três dimensões básicas que o pesquisador menciona. Já que toda escola seja ela de rede pública ou privada tem por obrigação a elaboração do PPP, como está no Art. 12º - I da Lei Diretrizes e Base da Educação Nacional: "Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica."

Para por em prática o que diz a LDB de 1996, temos que utilizar do planejamento para implantar no PPP propostas pedagógicas para alcançar a finalidade que desejamos, já que conhecemos a realidade da escola onde estamos inseridos, assim no plano de ação apresentaremos como serão a execução dessas propostas pedagógicas.

Vasconcelos ainda menciona que "PPP é o plano global da escola, um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade sua construção deverá permitir o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade numa práxis libertadora". Ou seja, o projeto político pedagógico é um instrumento que orienta os fins e ações pedagógicas que traçamos métodos para alcançar determinadas mudanças no contexto tanto escolar como comunitário.

Para Veiga o projeto político pedagógico é visto como um documento programático que reúne as principais ideias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa ou de um curso. Entre tanto, o PPP deve apresentar caráter inovador e articulador do qual exige da participação tanto da comunidade escolar quanto da comunidade local onde a escola está inserida.

"Organizar as atividades-fim e meio da instituição educativa, por meio do projeto político-pedagógico sob a ótica da inovação emancipatória e edificante, traz consigo a possibilidade de alunos, professores, servidores técnico-administrativos unirem-se e separarem-se de acordo com as necessidades do processo." (Veiga, 2003, p. 275).

Dessa maneira a autora enfatiza a importância da organização e participação de todos os envolvidos na comunidade escolar e local para a construção do PPP, sendo assim uma prática inovadora emancipada e edificante.

2.1 ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPP

Além de sabermos que estamos a ser guiado por lei, sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico, o autor Vasconcelos nos esclarece diante algumas orientações para elaboração e execução do PPP, onde a escola deverá destacar:

- ✓ Os fins e objetivos do trabalho pedagógico, buscando a garantia da igualdade de tratamento, do respeito às diferenças, da qualidade do atendimento e da liberdade de expressão;
- ✓ A concepção de criança, jovem e adulto, seu desenvolvimento e aprendizagem;
- ✓ As características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;
- ✓ O regime de funcionamento;
- ✓ A descrição do espaço físico, das instalações e dos equipamentos;
- ✓ A relação de profissionais, especificando cargos, funções, habilitação e níveis de formação;
- ✓ Os parâmetros de organização de grupos e relação professor/aluno;
- ✓ A organização do cotidiano de trabalho com as crianças, jovens e adultos;
- ✓ A proposta de articulação da escola com a família e a comunidade;
- ✓ O processo de avaliação, explicitando suas práticas, instrumentos e registros;
- ✓ O processo de planejamento geral.
- ✓ Trazer anexos como: a Matriz Curricular vigente e Projetos Especiais a serem desenvolvidos.

Todos esses itens nos refletem a forma de como deve ser construindo o PPP, respeitando sempre cada realidade, tendo em vista que a própria comunidade local e escolar são quem irão participar elaborar e executar o mesmo em seu cotidiano, onde a comunidade sendo conhecedora desse documento caberá a eles cobrar cada vez mais da escola tendo em vista a sua participação, relacionando e proporcionando sempre o elo da comunidade com a escola, respeitando assim suas particularidades. Vejamos o que Veiga fala:

Construir o projeto político-pedagógico para a instituição educativa significa enfrentar o desafio da inovação emancipatória ou edificante, tanto na forma de

organizar o processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder. (Veiga, 2003, 277)

Na concepção de Veiga a construção do PPP é um desafio, pois é nesse projeto que a gestão escolar, poderá inovar no ambiente escolar, por que o PPP é um documento eficaz, no qual a sua execução não será tão fácil, mais a escola estará norteada naquilo que deseja. Além disso, o PPP não pode ser visto apenas como algo obrigatório, autoritário, por isso, quando de fato a construção do mesmo acontece por todos que fazem parte da escola, com isso entendemos que segundo (Vasconcellos, 2000) “Ao concluir este documento coletivamente, a escola terá dado um grande passo, não apenas pela definição do trabalho pedagógico, mas pela vivência de um trabalho onde foi possível exercitar a cidadania.”

De acordo com Vasconcelos (2000) a estrutura para Construção do Projeto Político Pedagógico do PPP apresenta-se na seguinte maneira:

1. Apresentação ou Introdução (nela devem constar dados sobre o espaço físico, instalações e equipamentos, relação de recursos humanos, especificando cargos e funções; habilitações e níveis de escolaridade de cada profissional que presta serviço na instituição).
2. Breve histórico da unidade escolar
3. Eixo norteador da escola (é o que a diferencia das demais, a sua identidade e função no meio social onde está inserida).
4. Valores e Missão da escola.
5. O que queremos? (marco doutrinal). É a busca de um posicionamento:
 - ✓ Político - visão ideal de sociedade e de homem
 - ✓ Pedagógico – definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter a instituição que planeja.

Ou seja:

- ✓ Os princípios
 - ✓ As teorias de aprendizagem
 - ✓ O sistema de avaliação
6. O que somos? (marco situacional) O diagnóstico da realidade da escola. É a busca das necessidades a partir da análise da realidade e/ou juízo sobre a realidade da escola, comparação com o que se deseja ser.
 7. O que faremos? (marco operativo) Programação do que deve ser feito concretamente para suprir as faltas. É a proposta de ação. Que mediações (conteúdos, metodologias e

recursos) serão necessários para diminuir a distância entre o que vem sendo a instituição e o que deverá ser. Ou seja, a Proposta Curricular:

- ✓ Organização da escola
- ✓ Organização do trabalho
- ✓ Processos de avaliação

A proposta curricular deve estar diretamente relacionada aos pressupostos teóricos estabelecidos pela instituição, sem perder o foco nos objetivos, conteúdos e avaliação por segmento e área de conhecimento.

8. Anexos

- ✓ Matriz curricular
- ✓ Marcos de aprendizagem
- ✓ Projetos especiais
- ✓ Outros

9. Referências Bibliográficas

Como mostra o posicionamento de Vasconcelos (2000), a estrutura não, é tão complexa desde que haja a participação de toda comunidade escolar os professores, pais e demais funcionários para assim construir coletivamente o documento que identifica a escola, o PPP.

De acordo com a unidade II do documento PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO deixa explícito que a força de vontade da comunidade escolar tem que está em funcionamento, por que só assim a equipe que faz parte da comunidade escolar sairá do comodismo:

Se a comunidade não tiver vontade política de se engajar na elaboração do PPP, este não passará de mero formalismo. Agora se o grupo manifestar essa vontade política, o início do processo é a problematização, ou seja, trazer questões teóricas e políticas que desequilibrem aspectos valorativos, curriculares e organizacionais cristalizados, sobre os quais não refletimos e que repetimos sem muitos incômodos (2010, p. 59).

Ainda na unidade II do documento supracitado, os organizadores do mesmo enfatizam os momentos em que o PPP deve ser revisado, já que o PPP estará sempre em constante mudança:

As metas/ideais definidos pela comunidade escolar podem ser de curto, médio e longo prazo. As de médio ou longo prazo podem ser revistas no prazo de 2 a 4 anos. O diagnóstico e a programação da escola devem ser revistos anualmente, até para a comunidade escolar dimensionar os avanços e os limites do processo. (2010, p. 60).

Para alcançar esse avanço de avaliação das metas e ações atribuídas no PPP, temos que partir do ponto inicial que é o planejamento, no qual podemos averiguar se o que

planejamos está coerente ou não com situação envolvida. A partir disso podemos concluir que planejamento segundo a unidade supracitada é “É o planejamento que concretiza, em planos e projetos, a ideia, os objetivos e a sequência de ações vislumbradas. Nesse sentido, o planejamento é uma ferramenta que permite transformar ideias em ações (2010, p. 61)”.

Por isso que a escola tem que saber qual o seu desejo, como quer alcançar, já que na execução do planejado segundo Lucksi há uma busca de desejo, no qual ele relaciona no processo de planejamento, onde utiliza o método da Ação-Reflexão-Ação que é vista pelo o autor como: “Ação-Reflexão-Ação é uma necessidade para a realização o mais próximo do desejado, como meio de autodesenvolvimento”. (2004, p. 165)

Daí a necessidade de rever periodicamente o projeto político pedagógico, as suas ações, metas e ideias para assim obter o que se deseja, durante o período de ensino-aprendizagem.

2.2 NORTEAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPO

Como vimos nos itens anteriores o significado, as orientações e a estrutura do Projeto Político Pedagógico de modo geral, neste item vamos nortear alguns princípios que devem ser levado em consideração com relação a educação “do” e “para” o campo, sabendo que a escola do/para o campo é:

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimento e tecnologia na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e especial com a realidade camponesa. (Arroyo et al Fernandes, 1999, p. 51-52)

Neste sentido as escolas do/para o campo perdem seu vínculo com a realidade na qual se insere, tendo em vista que as mesmas são vítimas de algumas políticas que não condizem com sua realidade:

Exemplo disso são a política de transporte escolar e a política de nucleação das escolas isoladas do campo brasileiro, com o conseqüente estímulo ao fechamento de escolas. Ao mesmo tempo em que crianças e adolescentes são submetidos a um longo período dentro do ônibus escolar, recebem uma escolarização com um currículo completamente desvinculado de sua realidade. (II unidade do documento PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO).

Existem em alguns Estados brasileiros, escolas do campo que se adaptaram a realidade local respeitando as suas particularidades, como na cidade de São João do Triunfo - PR, onde a secretaria municipal de educação investiu na formação de professores de escolas rurais. Realizaram "reuniões pedagógicas" onde os professores procuravam definir, com o governo, um programa educacional. A crítica central foram os conteúdos dos livros didáticos, distantes da realidade dos alunos. Destas discussões, foram surgindo várias inovações. Uma delas foi a

Semana da Comunidade, realizada ao longo da semana de 7 de Setembro. Aboliram as tradicionais passeatas e organizaram, em cada comunidade, espaços de lazer, onde eram distribuídos baralhos, brinquedos, papel, tinta, chimarrão. O objetivo era reconstruir os laços comunitários, desgastados pelos anos de crise econômica. Em seguida, criaram a Feira de Ciências. Cada comunidade mapeou brinquedos e atividades típicas do meio rural. A feira contou com exposições de alunos que explicavam como se fazia um balaio, como se cultivava uma planta, como se fazia um remédio com plantas medicinais. Estas iniciativas estimularam a integração de setores governamentais, articuladas ao redor das atividades agrícolas. Temas como agrotóxicos, trabalhados nos programas de preservação ambiental da secretaria de agricultura, passaram a ser incorporados no currículo escolar. Finalmente, a inovação mais significativa foi a mudança do período de férias escolares, respeitando o ano agrícola. Transferiram as férias de julho para agosto e setembro, meses de colheita. Outro exemplo é a cidade Ronda Alto-RS onde o programa educacional apoiou-se nos seguintes pilares:

- a) adoção de metodologia de ensino baseada em Paulo Freire, valorizando o conhecimento do homem do campo. Os pais foram convidados a participar em Ciclos de Pais e Mestres, onde ensinam técnicas de cultivo e preparo do solo ou ainda contribuindo com a merenda escolar;
- b) implantação dos centros regionais de ensino (CRE) no meio rural, nucleando escolas que estavam dispersas, sem infraestrutura, diminuindo, inclusive, o custo operacional.

Conforme as experiências vivenciadas nesses dois Estados supracitados relatados por Rudá Ricci a educação do campo passou a constituir de algumas atribuições junto com os educadores do campo:

- a) mudança do calendário escolar, respeitando-se o calendário agrícola;
- b) a redefinição dos conteúdos curriculares, adotando-se uma forte tendência à interdisciplinaridade, tendo como eixo articulador as questões ambientais;
- c) a participação da comunidade, na gestão, no acompanhamento das práticas educativas ou mesmo ministrando aulas e programas na escola;
- d) articulam-se formação acadêmica, moral (em especial, ressaltando as práticas comunitárias) e lazer (normalmente esquecidas nas programações oficiais);
- e) a nucleação de pequenas escolas no meio rural.

Sobre a concepção do Conselho Escolar e a educação do campo, visa que:

Tem-se consciência de que o estudante do campo é portador de rica experiência de vida. Portanto, valorizar o saber e a cultura do estudante e da comunidade no processo de aprendizagem escolar deve ser uma característica da Escola do Campo. Para tanto, o Conselho Escolar deve ter atenção redobrada e acompanhar, muito detidamente, este aspecto no planejamento do PPP. (2006, p. 74).

Vale ressaltar a tamanha importância do respeito nas particularidades das escolas do campo, no documento do Conselho Escolar e a educação do campo mostra que “Toda a postura de acompanhamento e de participação tem uma finalidade maior: a construção de uma educação democrática e emancipadora para os sujeitos do campo.” (2006, p. 79). Ou seja, o PPP do campo deve ser construído de acordo com as atribuições da realidade local.

CAPITULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo iremos descrever o tipo local de realização da pesquisa, composição organizacional da comunidade escolar, metodologia e instrumentos utilizados para realização desse trabalho, que já foi demonstrado com professores de uma escola situada no campo em uma área de Assentamento de Reforma Agrária com as etapas de ensino infantil fundamental (anos iniciais), localizada em Barra de Santa Rosa- PB. Diante dos diversos questionamentos, da especificação dos objetivos, decidimos realizar uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa que visou analisar se existe uma educação “do” e “para” o campo respeitando assim suas particularidades na escola José Martinho Cerpa de Menezes.

Quanto à formação dos professores, eles recebem alguma formação contextualizada que visa as políticas educacionais do campo, existe algo efetivo em ser educador do campo? Ou apenas necessidade financeira? Será que a educação “do” e “para” o campo na comunidade rural está sendo desenvolvida respeitando suas particularidades? A escola está vivenciando o que há no projeto político pedagógico (PPP)? E esse PPP está relacionado com a realidade local da escola? Qual a reflexão dos docentes dentro da escola e da comunidade rural?

Para melhor embasamento submetemos a uma pesquisa exploratória que segundo GIL, 2010:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (P. 46)

O autor ainda explica pesquisa documental como:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (2008, p. 51)

Além da pesquisa exploratória o presente trabalho também é designado como pesquisa de campo:

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observado, sem intervenções e manuseio por parte do pesquisador. (SEVERINO, 2007, p. 123)

Já que utilizamos a investigação através das falas da comunidade, bem como explica o autor na sua fala acima mencionada.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A Escola Municipal José Martinho Cerpa de Menezes funciona atualmente durante os 03 (três) turnos atendendo um total de 146 alunos distribuídos na modalidade ensino Infantil Fundamental 01, nos turnos manhã e tarde, e a noite a Educação de Jovens e Adultos (PEJA), assim distribuídos no quadro I:

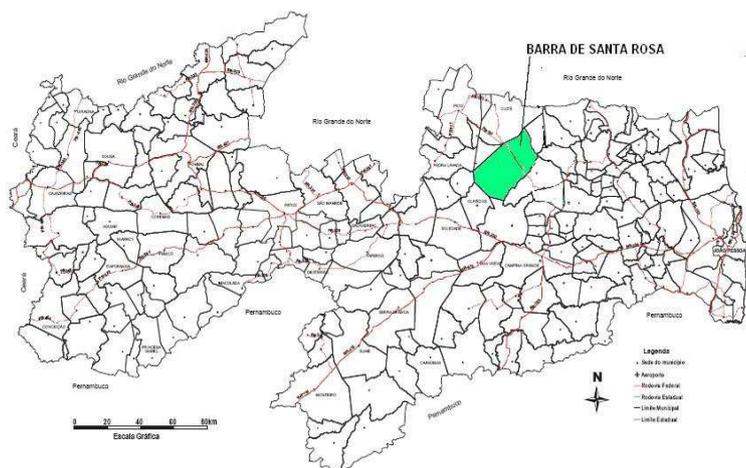
Quadro 01: – distribuição dos alunos

SERIE/ANO	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS
PRÉ-ESCOLAR	01	17
PRÉ- ESCOLAR II	01	16
1º ANO	01	12
2º ANO	01	18
3º ANO	01	28
4º ANO	01	20
5º ANO	01	27
EJA	01	30
TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS		146

Fonte: dados coletados na pesquisa, 2014.

A pesquisa é de origem qualitativa e exploratória, desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes no Assentamento Riacho da Cruz, cuja localização é na zona rural a 6 km de distância do centro do município Barra de Santa Rosa/PB, à margem esquerda da BR 104 via Remígio /PB. Tem como entidade mantedora a prefeitura deste município. Foi implantada pela necessidade de atender o público alvo da educação básica infantil fundamental I, no ano de 2007, na administração do senhor Evaldo Costa Gomes prefeito constitucional da época, no mesmo ano a escola recebeu uma reforma com a finalidade de melhorar as condições do prédio, considerando que é a sede do Assentamento Rural. Durante o ano de 2010 a escola foi contemplada com uma sala de informática promovendo assim a inclusão digital dos alunos da referida escola.

Figura 01 – Mapa da Paraíba



Fonte: censo IBGE, 2010.

A escola possui uma área de extensão 250 m², com cinco salas de aula, dois banheiros, uma cozinha, um depósito, uma secretaria, um pátio médio e uma sala de aula onde guarda os materiais didáticos do programa mais educação. A segurança da escola é precária. Pois, já houve invasões de vândalos causando prejuízos ao prédio onde aconteceram alguns furtos de objetos. Como medida provisória do referente fato o gestor do município providenciou funcionários para vigiar a escola durante os expedientes, fora isso tudo funciona dentro da normalidade.

A escola é de fácil acesso, tendo movimentação de veículos diariamente. A área e o espaço que dispõe a escola não satisfazem plenamente as condições do alunado. Seria necessário mais espaço para construção de sala de leitura, auditório para reuniões de pais e mestres, refeitório, almoxarifado e uma quadra esportiva. A escola conta também com os serviços de coordenação e apoio pedagógico, supervisão, conselho escolar, reuniões bimestrais com os pais, festas comemorativas, TV e vídeo e outros. No final do ano de 2014 a escola foi contemplada pelo o governo do estado da Paraíba com uma construção de uma escola no valor da obra é de R\$ 526.733.56 para melhorarem o espaço facilitando o aprendizado dos educando.

Foto 01: Faixada da escola



Fonte: Arquivo pessoal 2014

3.3 COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

Como participantes da pesquisa elegemos 08 (oito) professores e 01 (uma) diretora e 01 (um) vice-diretor todos qualificados quanto as suas formações, como apresenta o quadro abaixo que mostra o grau de escolaridade dos mesmos. Sendo que por motivos de disponibilidade de tempo apenas 05 (cinco) dos 08 (oito) professores se disponibilizaram em participar da pesquisa, além da diretora e o vice-diretor, 02 deles se recusaram em responder o questionário devido à correria do final do ano letivo de 2014.

Quadro 02 - composição dos professores

Nº	GRAU DE ESCOLARIDADE	FUNÇÃO	TURNOS
01	Graduada em ciências social e Pós-graduada em historia do Brasil	Professora	Manhã
02	Graduada em: pedagogia Pós-graduada em supervisão escolar	Professora	Tarde
03	Graduada em pedagogia	Professora	Manhã
04	Graduada em pedagogia	Professora	Tarde
05	Graduada em pedagogia	Professora	Noite
06	Graduada em pedagogia e Pós-graduada em psicopedagoga	Professora	Manhã
07	Graduada em pedagogia e Pós-graduada em psicopedagoga	Professora	Tarde
08	Graduada em pedagogia e Pós-graduada em psicopedagoga	Professora	Tarde
09	Graduada em pedagogia e Pós-graduada em psicopedagoga	Diretora	Integral
10	Magistério	Vice Diretor Escolar	Integral

Fonte: dados coletados na pesquisa, 2014.

Como podemos notar no quadro 02 de professores, a escola possui profissionais, que podem facilitar estratégias pedagógicas para desenvolver ótimos trabalhos, na comunidade levando em consideração a formação de cada profissional. Já que o psicopedagogo tem como função de “Assessorar e esclarecer a escola a respeito de diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem e tem uma atuação preventiva”.

Na escola, o psicopedagogo poderá contribuir no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem que não têm como causa apenas deficiências do aluno, mas que são consequências de problemas escolares. Seu papel é analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição. “Propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando evitar processos que conduzam às dificuldades da construção do conhecimento.” Ou seja, o psicopedagogo é o profissional que pode ajudar a evitar certas situações que venham prejudicar o ensino-aprendizagem dos alunos.

Já o pedagogo poder exercer função de professor como também função de operacionalizar de projetos, métodos e sistemas pedagógicos das instituições escolares, visando o desenvolvimento do processo de aprendizagem, assim como, identificando as dificuldades dos indivíduos, desenvolvendo práticas pedagógicas, sempre mantendo um nível elevado de conteúdo educacional.

A sociologia é uma ciência que estuda a forma de relacionamento entre os grupos, assim como as consequências dessa relação. É também uma forma de aperfeiçoar o conhecimento social, auxiliando os interessados a compreenderem melhor o comportamento dos grupos sociais. Segundo a sociologia da educação o processo educacional não pode ser separado do espaço da aprendizagem, ou seja, do ambiente em que acontecem as ações do cotidiano e de suas implicações. A escola deve abrir espaço para os alunos refletirem e analisarem sobre os acontecimentos do mundo e suas implicações e se posicionarem de forma política. Dessa forma, haverá o desenvolvimento do educando através da sociologia. Com isso este profissional pode relacionar a forma de relacionamento social com o ensino aprendizagem.

Está compreensível a função que cada professor mediante as suas áreas de formação as quais, podem fazer com que a escola se desenvolva e desenvolva seus alunos como uma alta potencialidade de conhecimento, sendo que na escola há profissionais que possuem competências capazes de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do aluno, como também do currículo e em diversas atividades da escola mencionada.

3.4 RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE

Pires (2012, p. 108) menciona que “compreender a identidade da escola do campo requer reconhecer a relação entre cultura e escola, e que as questões culturais estão sempre presentes em debates de Educação do Campo e sobre a Escola.” Ou seja, a autora declara a importância da relação da escola com cultura, sabendo que os povos do campo tem sua determinada cultura, já que isso está bem explícito na convivência da cultura dentro da escola.

Com isso possibilitando sempre uma interação bem próxima escola/comunidade através de reuniões de pais e mestres, visitas domiciliares através de serviços de apoio psicopedagógico e festas comemorativas na escola. Eventualmente a escola é cedida para a realização de cursos de capacitações e cadastramentos de programas sociais, a exemplo de: CRAS VOLANTE, COOPTERA entre outros, nos quais são sujeitos que apresentam determinadas culturas. Tornando assim um elo entre a comunidade e a escola.

Público alvo da escola é de origem rural. Apresentam características socioculturais a maioria advinda de lares com renda inferior a um salário mínimo constituídas em sua maioria pela agricultura familiar, pecuário e a caprinocultura ou sem uma profissão definida, sobrevivendo de pequenos serviços como: carvoeiro, sisal, pedreiros e, etc. O grau de instrução da maioria dos pais é analfabeto ou semi-analfabeto. A constituição da família em números em torno de três a seis filhos. Os familiares que habita na mesma casa na sua maioria são avós, tios e primos. Não há tanta disponibilidade dos pais para ajudarem a escola e os filhos, alguns alunos têm como função além de estudar é de exercer atividades de trabalho fora da escola, ajudando assim os pais na agricultura.

3.5 INSTRUMENTO UTILIZADO NA PESQUISA

Para realizar o estudo utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário aberto este tipo de questionário possibilita ampla liberdade de resposta, mas nem sempre as respostas oferecidas são relevantes para as intenções do pesquisador. Assim para averiguar a real situação da referida escola com utilizamos questões que visam observar os seguintes objetivos: avaliar o processo de formação continuada do corpo docente da a escola supra citada, se a mesma contempla temáticas relacionada à área específica de atuação (educação do campo), analisando os seus métodos de ensino para que possamos verificar as políticas públicas educacionais conhecidas pelos profissionais do campo em seu ensino aprendizagem, como também a relação existente entre escola e comunidade e satisfação profissional, além de investigar, se o Projeto Político Pedagógico (PPP) condiz com a realidade do campo.

O questionário foi composto por seis questões que tende a despertar nos educadores os objetivos citados anteriormente, os quais serviram como fonte de reflexão para o estudo em pauta, segue em apêndice para conhecimento. O questionário está constituído por uma serie de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador (Lakatos, 2010 pag.111).

CAPITULO IV - ANALISANDO O PPP DA ESCOLA

Iniciando a análise do projeto político pedagógico (PPP) da Escola José Martinho Cerpa de Menezes, durante a realização da leitura para essa finalidade sentimos a necessidade de destacar alguns pontos norteadores para enriquecimento da análise que iremos descrever em seguida.

4.1 Princípios Norteadores para análise

Com base no projeto político pedagógico em estudo iremos dar ênfase em alguns pontos presentes no mesmo como:

- Princípios norteadores da educação
- Aspecto sociocultural
- Aspecto histórico
- Participação de todos
- Adequabilidade as condições geográficas
- Composição do corpo docente
- Principais problemas da escola do campo

4.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

No decorrer da leitura do PPP em análise percebemos que em nenhum momento foi ressaltada a importância ou necessidade da formação acadêmica para o homem do campo, pleiteando e valorizando os conhecimentos que atendam a necessidades educacionais do campo. Cita-se no PPP em estudo que:

A busca da excelência da educação, a partir de valores, concepções, princípios e crenças presentes nesse grupo e que dizem respeito ao futuro do homem e da sociedade, sua melhor maneira de adquirir, transmitir e produzir conhecimentos capazes de orientar a sua caminhada. (P. 08).

Levando em consideração que o sujeito está inserido no campo, é fundamental que além do conhecimento diversificado necessário para uma interação na sociedade, é importante que também tenha conhecimento aprofundado da comunidade e/ou grupo social que esteja inserido a fim de desenvolver melhor a sua produção de conhecimento e relação com o mundo, atendo aspectos social, cultural, econômico e produtivo.

4.3 ASPECTO SOCIOCULTURAL

Quanto aos aspectos socioculturais podemos destacar aspectos como educação, saúde, assistência social, cultura e lazer. Percebermos uma inversão de informação referente à saúde, pois o município sempre foi atendido por outros municípios do zonal do curimatau através de convênios e consórcios da saúde, constando no município apenas serviços de clínico geral,

pediatria, odontologia e equipe de saúde da família e da escola, que atualmente embora não esteja em documento em estudo já aconteceram alguns melhores avanços, hoje o município já conta com fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista, como também com atendimentos no Centro de Atenção Psicossocial- CAPS, e de exames mais avançados com ultrassonografia, endoscopia, radiografia.

4.4 ASPECTOS HISTÓRICOS

Em seus aspectos históricos do documento em análise apresenta apenas o histórico do município de Barra de Santa Rosa, percebendo assim a ausência da história da comunidade onde a escola está inserida, considerando de grande relevância a apresentação de um breve histórico da unidade escolar para realidade local.

4.5 PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Como podemos notar o PPP é um projeto que estará em constante modificação, já é um processo coletivo com a participação de todos da comunidade escolar, reformulando de acordo com as necessidades local, percebidos durante o percurso de processo educacional.

4.6 ADEQUABILIDADE AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Com relação ao item a adequabilidade as condições geográfica, o PPP em estudo apresenta insatisfação com o espaço e área disponível para um bom funcionamento das atividades escolares, porem não menciona que o prédio onde funciona a escola é cedido pela comunidade local, por se tratar de uma área de assentamento de reforma agraria que utilizava o prédio (sede) anteriormente apenas para atividades coletivas referentes à associação comunitária, associação essa composta por pais de alunos, como mostra: “A área e o espaço que dispõe a escola não satisfazem plenamente as condições da clientela. Seria necessário mais espaço para construção de sala de leitura, auditório para reuniões de pais e mestres, refeitório, almoxarifado e uma quadra esportiva. (PPP. P. 12).

4.7 COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE

No documento em discussão apresenta-se um quadro docente, onde caracteriza o grau de escolaridade dos professores, classificando apenas em graduados e pós-graduados, mas não especificam as suas formações de fato, são profissionais que apresentam currículo voltado

para a educação do campo? Como identifica-los? Quais as suas especializações? Com isso esse quadro de informação se torna vago, onde não podemos identificar qual a área específica de formação dos professores em questão. Isso deixa perceber que o projeto não foi elaborado ou explicitado de acordo com a política educacional do campo, segundo a LDB.

Não basta introduzir, nas escolas do campo, os conteúdos regionais e locais e empreender narrativas na cultura. É necessário configurá-las no contexto político/pedagógico, com postura crítica do professor, o que implica desenvolver uma política de continuidade de formação e de carreira, para que o professor se atualize e esteja atento ao contexto histórico-social. (REIS, 2011, p. 128)

4.8 PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ESCOLA DO CAMPO

A escola José Martinho Cerpa de Menezes já passou e passa por diversos problemas, como a falta de assistência da prefeitura com algumas urgências estruturais da escola, como também por dificuldades de lidar com algumas pessoas da comunidade e com a insegurança que a escola apresenta. Pois a mesma já foi vítima de assalto, no qual se apossaram de alguns computadores da sala de inclusão digital, merenda escolar e outros itens. Há suspeita de que foram alguns moradores da comunidade que realizaram o ocorrido. Com isso a escola enfrenta o medo de está envolvida com pessoas que não zelam pelo bem comum da comunidade escolar e local.

4.9 PERÍODOS DE ATUALIZAÇÃO DO PPP

De acordo com a unidade II do documento PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, o período de atualização do PPP deve ser atualizado de acordo com:

As metas/ideais definidos pela comunidade escolar podem ser de curto, médio e longo prazo. As de médio ou longo prazo podem ser revistas no prazo de 2 a 4 anos. O diagnóstico e a programação da escola devem ser revistos anualmente, até para a comunidade escolar dimensionar os avanços e os limites do processo. (2010, p. 60).

O documento mostra a importância de estar atento aos prazos que são definidos para alcançar as metas estabelecidas no período de construção do PPP.

CAPITULO V - ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 PROCEDIMENTOS DE ANALISE

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, levando em consideração os objetivos almejados, atendendo a perspectiva da formação e prática pedagógica dos profissionais envolvidos na escola do campo.

5.2 AS POLÍTICAS E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO PARA O CAMPO

Com relação à questão de número 01 (um) parte integrante do questionário aberto (ver apêndice), tendo como objetivo avaliar a formação continuada do corpo docente da escola em estudo. Nesta questão, dos 07 (sete) entrevistados 06 (seis) alegaram que não recebem formações contextualizadas segundo o professor (P I):

“Não, recebemos nenhuma formação contextualizada, sentimos a necessidade desse auxílio para reorganizar a nossa prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo.” (P I)

Os entrevistados não informaram se era por falta do conhecimento por parte dos gestores ou por não ver a educação do campo como um direito e sim como leis que ficam apenas no papel, que não recebem essas formações continuadas.

Pires, explica que é fundamental articular a formação e a preparação para a gestão dos processos educativos escolares e também para a gestão dos processos educativos comunitários, ou seja, formar, educadores (as) capazes de promover profunda articulação entre escola e comunidade. (2012, p. 118)

Apenas 01 (uma) das participantes da entrevista disse que recebia formação contextualizada como demonstra a resposta do participante (P II):

“Sim, recebemos formação contextualizada relacionada às políticas públicas educacionais voltadas para o campo.” (P II).

Porem não mencionou de que maneira e nem por qual instituição recebia essa referida formação. Por que algumas vezes, como afirma Arroyo não é proporcionado ao professor política e/ou formação de modo específico que respeite suas particularidades.

Não temos uma tradição que pense em políticas focadas, nem afirmativas para coletivos específicos. Nosso pensamento e nossa prática supõem que as políticas devam ser universalistas ou generalistas, válidas para todos, sem distinção. Nossa tradição inspira-se em uma visão generalista de direitos, de cidadania, de educação, de igualdade que ignora

diferenças de território (campo, por exemplo), etnia, raça, gênero, classe. (Arroyo, 2007, p. 160)

Dando continuidade a discussão da pesquisa, trabalhamos a questão de número 02 (dois) que objetivou averiguar se o projeto político pedagógico (PPP) é condizente com a realidade escolar, já que se entende que o PPP deve nortear e encaminhar as temáticas a serem trabalhadas na escola, a fim de dinamizar o processo educacional seguindo o método organizacional e sua sistematização de acordo com a realidade na qual a escola está inserida.

Segundo todos os entrevistados a escola possui o PPP que condiz com realidade escolar, sendo que durante a pesquisa foi realizada a leitura do PPP da escola, entendo como equivoco a resposta de um dos participantes onde o mesmo diz que o PPP condiz com a realidade de acordo com a resposta do professor (P III):

“Sim, pois na formatação do referido PPP houve a discussão com a equipe da Escola onde na ocasião foi debatido e analisado em conjunto tanto com a comunidade Escolar como também com a comunidade rural local.” (P III).

Como moradora atuante da comunidade não tive conhecimento de momentos de discussões para a construção do citado projeto e nem tão pouco de participação de outros integrantes da comunidade.

Já que o PPP é inovador e articulador, assim, o documento, sistematizado a partir da metodologia do planejamento participativo, deve conter três partes: o diagnóstico (relação teoria-prática/ real-ideal), a programação e avaliação com estratégias de re-elaboração do PPP (metas e ideais a serem alcançados). (II unidade do documento PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2010, p. 58). Ou seja, para a elaboração do PPP da escola do campo ele tem que se constituir nessas três partes já mencionada anteriormente, para que assim possam se programar e construir o PPP que condiz com a realidade campesina.

Ainda na (II unidade do documento PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO) “Assim Professores, alunos, funcionários e pais são atores sociais que interagem com a realidade, criando e disseminando representações, valores, crenças e culturas, enfim, modos de ser, pensar, agir e estar no mundo. A escola é uma instituição com marca da função socializadora e, portanto, o tempo todo cria e difunde, com distintos níveis de consciência, valores e atitudes.” (2010, p. 59).

Conforme questionamentos de números 03 (três) e 04 (quatro) que indagam sobre a relação comunidade versus escola e a satisfação profissional dos educadores atuante no

campo, foram perceptíveis em 100% dos participantes da pesquisa, de que eles fazem esse elo de comunidade versus escola, como menciona o participante (P IV):

“Sim, por meio de reuniões pais e mestres, datas comemorativas e outros eventos.” (P IV).

Por conhecer a comunidade da escola em que os dados foram coletados acreditamos que existe talvez um grande desinteresse por parte destes docentes, em conhecer as políticas públicas presente na comunidade as quais poderiam contribuir melhor no processo de ensino aprendizagem da educação do campo. Com relação à satisfação profissional todos os participantes se consideram satisfeitos como alega o professor (P V):

“Educador do campo mesmo não tendo nenhuma formação de ensino aprendizagem que atendam os anseios do campo.” (P V).

De acordo com Bonjorno et al (Orgs) o educador do campo além de ser preocupar com a formação humana dos educandos, se envolve na via cotidiana da comunidade com o intuito de apoiar ações afirmativas voltadas à sustentabilidade das famílias, associativismo e o bem comum da coletividade. (2012, p. 7). Para que os educadores do campo alcance esses anseios que BONJORNO fala seria começando pela formação contextualizada que formaria o docente de acordo com a realidade local, já que segundo o autor as escolas do campo precisam de um educador do campo que seja:

- ✓ Dinamizador das discussões e orientador das aprendizagens;
- ✓ Canalizador das potencialidades individuais e coletivas;
- ✓ Conhecedor das peculiaridades culturais, sociais, econômicas e políticas do campo.

De acordo com a questão de numero 05 (cinco) que tem por finalidade sondar-se-á a pratica pedagógica adequado para realidade local, dos 07 (sete) entrevistados 03 (três) responderam como o entrevistado (P VI):

“Proporcionamos para nossos alunos uma educação do campo e para o campo respeitando as particularidades quando planejamos de acordo com a realidade tendo o livro didático como suporte.” (P VI)

Enquanto que 02 (dois) responderam semelhante ao professor (PVII):

“Sim, quando planejamos de acordo com campo.” (P VII).

Os outros 02 (dois) responderam similar ao participante (P I) que:

“Proporcionamos uma educação “do” e “para” o campo quando envolvemos a participação dos alunos, valorizando o conhecimento

prévio, e cultivando o saber científico a partir da realidade local.” (P I).

Os docentes entrevistados tentam de sua maneira proporcionar para seus educando uma educação “do” e “para” o campo, sendo que apresentam imensas dificuldades, pois, eles seguem um padrão de escolarização urbana, e como já foi dito em questões anteriores os mesmos não recebem formação contextualizada na qual poderia conhecer e desenvolver essa educação “do” e “para” o campo, sabendo que segundo a II unidade do documento PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO a Educação do/para o Campo é: “A Educação do Campo é uma forma de ação política e social. Sendo assim, a especificidade da Educação do Campo reside na sua indissociação com os paradigmas de desenvolvimento e com a questão do enraizamento do território”. (2010, p. 77).”

Ainda discutindo a temática do conhecimento dos professores, a questão de número 06 (seis) pretende diagnosticar as políticas públicas educacionais conhecidas pelos participantes da pesquisa dos quais apenas 02 (dois) responderam que conheciam as seguintes políticas públicas como responde o entrevistado (P II) que:

“O prounera, projouuero campo, escola atiuu e construção de escolas, enquanto outro conhece o FUNDEB, PNE, PDE, PEJA, Educação Indígena e Educação Rural.”

No entanto os demais não responderam a questão em discussão, também não justificaram se foi por falta de interesse ou por falta de conhecimento.

Ao termino da análise e discussão dos resultados dos dados compreendemos que a escola um dos meios que de forma intencional e organizada pode contribuir com a transformação da sociedade, e com suporte nas informações obtidas do questionário aplicado com os professores, percebemos que os educadores participantes da pesquisa nos deixaram duvidas em algumas questões do estudo pautado, desde a formação profissional, sua vivencia com PPP, a satisfação profissional, seus métodos de ensino até os seus conhecimentos sobre as políticas públicas educacionais do campo.

Pois supomos que os mesmo estejam acomodados com a situação profissional e atuação, ou talvez os gestores não tenham interesse em proporcionar alguma formação que amplie e aprimore os seus conhecimentos, possivelmente por não entender também a relevância da temática, dessa forma continua um processo educacional fragilizado, sem exploração das políticas públicas e / ou programas existentes na comunidade na qual o alunado é inserido, portanto a necessidade de formação continuada em área específica de atuação dos docentes, no caso a educação “do” e “para” o campo, na qual devem respeitar as particularidades do

campo. No entanto escuta-se os mesmos cobrarem reconhecimento salarial, mas é desconhecido o desejo de cobrar formação para desenvolver melhor sua atuação, de acordo com seus currículos, respeitando o campo de trabalho de cada profissional, levando em consideração os professores de rede pública de escolas do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o estudo que cominou neste trabalho monográfico procuramos subsídios que viessem contribuir na construção analítica de um projeto político pedagógico, respeitando as particularidades da realidade na qual a escola está inserida, priorizando inclusive a formação continuada para os profissionais envolvidos no e com o processo educacional. Considerando que a educação “do” e “para” o campo não se refere apenas ao contexto escolar, mas como uma diversidade de fatores que devem ser respeitados, valorizando os conhecimentos locais, sociais, culturais, políticos e econômicos, visando melhoria na qualidade de vida dos sujeitos imbuídos no processo de ensino aprendizagem como um todo.

Considerando a discussão em estudo, a escola nos leva a pensar em uma discussão maior, já que diante dos fatos analisados desde o PPP da própria escola até o lado efetivo ou afetivo dos professores do campo, e o fato de que os mesmos não recebem uma formação contextualizada que levem em consideração as particularidades do campo onde estão inseridos, é de nosso conhecimento que a escola mencionada já é alvo de pesquisa pelo quarto trabalho de investigação, no qual as discussões ainda continuam com os mesmos resultados.

Isso implica em uma questão de gestão governamental do município que talvez ainda não despertou um novo olhar para a educação “do” e “no” campo ou não tem interesse em investir na mesma e nem mesmo buscando parcerias com instituições que pudessem contribuir, estrategicamente para amenizar tal precariedade, percebemos que não há muito interesse, pois é preferível talvez utilizar de políticas públicas existentes como a do transporte escolar (caminho da escola), sendo mais viável transferir o alunado para zona urbana, onde será alvo de um ensino aprendizagem de maneira globalizada, esquecendo assim o respeito e a valorização das particularidades do campo, possivelmente sendo até mais viável para a gestão municipal inclusive por questões financeiras. Percebemos claramente essas indagações nas respostas dos questionários aplicados.

Com base no que estudamos e analisamos concluímos que a pesquisa desenvolvida nos mostra como ainda existem órgãos que fecham os olhos para a realidade na qual se encontra as escolas do campo, sendo apenas escolas localizadas no campo, porém não proporcionam uma educação do, no e para o campo, conduzindo a comunidade rural e fortalecendo os pensamentos socialistas e/ou capitalistas e fomentando a ideia de impossibilidade da permanência no campo, e passam a utilizarem o que a sociedade proporciona educação urbana, e conseqüentemente a planejar uma vida urbana, ou seja,

migrando para grandes cidades, perdendo sua identidade, buscando padrões de vida que não lhe é viável.

Como sugestão partindo da pesquisa realizada, reforçamos o apelo de que os gestores municipais, gestores das escolas do campo, educadores e movimentos sociais, precisam caminhar juntos na luta por educação pública de qualidade sem desconsiderar as potencialidades locais, pois o que desejamos alcançar não são favores nem apadrinhamentos políticos, mas o que é de direitos de todos segundo a LDB; que seja oferecido formações continuadas contextualizadas voltadas para o campo e ainda uma elaboração diferenciada ao PPP do campo, com a participação de fato e de direito da comunidade camponesa, atendendo a realidade onde a escola está situada, para que assim o projeto político pedagógico não seja encarado com algo padronizado independente de onde seja a escola, já que o mesmo é uma identidade das escolas, para que assim os discentes do campo possam usufruir de uma educação do, no e para o campo de forma contextualizada e assim passem a ter mudanças significativas de atitudes e pensamento, com intuito de preservar e valorizar sua origem camponesa, inserindo os mecanismos que favoreçam viver com qualidade de vida e práticas sustentáveis, passando adotar as políticas de educação do campo de fato e de direito.

REFERENCIAS

- AMARIZ, Marlene **Função do Pedagogo**, disponível em <http://www.infoescola.com/profissoes/pedagogo>, acessado em fev. de 2015.
- ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano, **Educação Básica E Movimentos Social do Campo**. Brasília, DF, 1999, p.51-52.
- ARROYO, Miguel, **Política de Formação de Educadores (As) do Campo**. Card. Cedes, Campinas, V. 27, n.72, P, 157-176 maio/agosto de 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em dez. de 2014.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação do campo: Um paradigma Classista de Educação**. In: DIAS, Adelaide Alves; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES Maria Lúcia da Silva (org.). **Educação, Direitos Humanos e Inclusão Social: currículo, formação docente e diversidades socioculturais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 207-225.
- BONJORNO, José Roberto, BONJORNO, Regina de Fatima Souza Azenha, GUSMÃO, Tânia Cristina Rocha Silva, GOWDAK, Demétrio Ossowski, MARTINS, Eduardo Lavieri. **Girassol saberes e fazeres do campo**, 2º ano – 1ª ed. – São Paulo, FTD, 2012, p.07.
- BRANDÃO, Carlos Rrodrigues **O Que é Educação**. 25. Ed. SÃO PAULO: brasiliense; 1989, p. 07
- BRASIL, **Conselho escolar e educação do campo/elaboração Regina Vinhaes Gracindo... [et al]** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91p.: il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares,9).
- BRASIL, LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – 8. Ed. Brasília, DF. Câmara dos Deputados, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para Educação Basica nas Escolas do Campo. Parecer CNE/CEB Nº 36/2001**. 14 de dezembro 2001. Aprovado pela Camera dos Deputados. BRASILIA-DF, 2002, p. 266-285.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Básica. **Consulta Referente Às Orientações para o Atendimento da Educação do Campo. Parecer CNE/CEB Nº 23/2007**12 de setembro de 2007. Aprovado pela Camera dos Deputados. BRASILIA-DF, 2007, p. 286-297.

BRASIL, programa nacional de educação básica, **Plano Nacional de Educação**: Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014, Brasília, DF, Associação Brasileira Mantenedora de Ensino Superior, 2014.

CALDART, Roseli Salete. **A Escola do Campo em Movimento**. Disponível em Currículo sem fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003, acessado em 19 de janeiro de 2015.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Os Desafios Políticos do Pronera**: as contradições das relações MDA e MEC na explicitação da política de educação do campo. In: DIAS, Adelaide Alves; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES Maria Lúcia da Silva (org.). **Educação, Direitos Humanos e Inclusão Social**: currículo, formação docente e diversidades socioculturais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 173-194.

DRAGAO, Rogerio; PASSAMAI, Maria Hermínia Baião; ARAUJO, Gilda Cardoso, colaboradores: RODRIGUES, Paulo da Silva, LIMA, Marcelo. **Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo** Vitória - ES: UFES, Programa de pós-graduação em educação 2010, 192p. il.

FRANCHINI, Marcia Nicola. PONTEL, Marciano Dionei. **A Atuação do Psicólogo Escolar e o Desenvolvimento Histórico da Psicologia Educacional**. Disponível em <http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar>, acessado em fev. de 2015.

FREIRE, Paulo **Política e Educação**. 2. Ed. SÃO PAULO: CORTEZ; 1995, p. 37

Geociências, Mapa Físico da Paraíba <http://www.censo2010.ibge.gov.br> acessado em 12 de dezembro de 2014.

GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 46

LAKATOS, M. D. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino: a busca de um desejo. In: _____. **Avaliação de Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 152-179.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Políticas “Públicas” e Educação do Campo: em Busca da Cidadania. **Revista Travessia**, Brasília, p. 178-198, [200?].

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação do Campo E Políticas Públicas Para Além do Capital: Hergemonia Em Disputa**. 2009. 301 f., Tese (Doutorado em Educação) - programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-DF, 2009.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: PIZZIO, Alex; FRANÇA, Geoge. **Fronteiras da Educação: desigualdade, tecnologia e política**. Goiás: Editora PUC, p. 93-99.

OLIVEIRA, Emanuelle . **Sociologia e Educação** disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/>, acessado em fev. de 2015.

PIRES, Ângela Monteiro, **Educação do Campo Como Direito Humano**. 1. Ed. SÃO PAULO: CORTEZ, 2012, p. 108

Planejamento na visão de Vasconcellos, disponível em http://revistaescola.abril.com.br/formacao/planejar_, acessado em fev. de 2015.

REIS, Neila da Silva. **Políticas Educacionais do Campo: PERCURSO PRELIMINAR**. Campinas- SP, Revista HISTEDBR On-line, p. 124-148, out. 2011.

RUDÁ, Ricci. **Esboços de uma nova concepção de educação do meio rural brasileiro**, disponível em <http://www.serrano.neves.nom.br/downloads/educrural.pdf>, acessado em Jan de 2015.

SANTOS, Rondinelli de Oliveira. **A Escola do Campo e a Educação Ambiental: Uma Análise Crítica dos Livros Didáticos Adotados na Turma Multisseriada**. 2013, 2013. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Campina Grande, CUITÉ, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia de Trabalho Científico**, 23 ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. P. 123

SILVA, Maria José, **Educação do Campo: Como as Políticas Públicas de Convivência Com o Semiárido, Podem Ser Desenvolvidas No Processo de Ensino-Aprendizagem Na Escola do Campo**. 2011. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Ensino-Aprendizagem) – Universidade Federal de Campina Grande, CUITÉ, 2010.

Uma Política Pública Para a Educação no Campo: seminário – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 2004. 139 p. (série Parlamentar; n. 277).

VASCONCELLOS, CELSO S. **Orientações Para (Re) Elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais.** Revista carta de salvador- cidade educadora, 2007, 4p.

VEIGA, Ilma Passos A. **Inovações e Projeto Político Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Card. Cedes, Campinas, V. 23 P. 267-281, Dezembro de 2003.
Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em dez. de 2014.

VEIGA, Ilma Passos A.(org).**Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.**14. ed. Campinas:Papirus,1995, 10p.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE-CES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO-UAE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa, a qual é requisito para conclusão do curso de graduação em Ciências Biológicas cujo tema é **EDUCAÇÃO DO CAMPO: DISCULTINDO PPP UMA ESCOLA DE BARRA DE SANTA ROSA – PB**, realizado na escola municipal de ensino fundamental José Martinho Cerpa de Menezes.

Assim, solicitamos sua colaboração respondendo o questionário a seguir, informamos que seu nome será mantido em sigilo e ainda que sua participação é voluntária. Dessa forma, estamos a sua disposição para qualquer esclarecimento necessário, desde já agradecemos a sua contribuição.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Vocês professores recebem alguma formação contextualizada relacionada as políticas públicas educacionais voltadas para o Campo?
2. O PPP da Escola condiz com a realidade da comunidade escolar rural a onde está inserida?
3. Vocês como professores podem fazer um elo entre a escola e a comunidade, como fazem isso?
4. Você se considera um educador do campo? Por quê? Gosta de ensinar no campo? Por qual motivo?
5. Como Você proporciona para seus alunos uma educação do campo e para o campo, respeitando suas particularidades?
6. Você conhece algumas políticas educacionais? Dê exemplos.

Ana Paula Martins Santos
Responsável pela pesquisa